



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 2337 Sexta - feira, 01 de Outubro de 2010.

Poder Executivo

Lei

LEI Nº 6.504, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre alteração dos artigos 3º; 5º, III, IV, §1º, II, §2º; 9º; §1º; §11, I; 11, IV, VII, XXI, XXIII, XXIV; 12, I, II, III, VIII; 13, I, §2º, I; 14, §1º; 30, V, §2º; 31, bem como, a inclusão dos §§ 1º e 2º no art. 66, todos da Lei n.º 4.616/2005 que versa sobre a criação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Rondonópolis – SERV SAÚDE, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O art. 3º da Lei n.º 4.616/2005, que versa sobre criação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Rondonópolis – SERV SAÚDE, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º As fontes de custeio para concessão dos benefícios e serviços que integram o sistema serão proporcionadas pelas contribuições dos segurados, da administração direta, das autarquias, fundações públicas municipais e empresas de economia mista, previstas nesta lei."

Art. 2º O art. 5º, III, IV, §1º, II e §2º, da referida lei passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º...

III - É facultado ao servidor segurado casado e/ou com filhos, que não se enquadre no inciso anterior, a inclusão dos genitores como dependentes, com pagamento da tabela cheia dos procedimentos realizados, descontando 1,0% (um por cento) sobre os rendimentos do servidor segurado por genitor incluído como dependente, para custeio das despesas operacionais, com cobertura limitada aos incisos I e II do Art. 9º desta Lei;

IV - É facultado ao Servidor Segurado casado e/ou com filhos, que não se enquadre no inciso I, a inclusão como dependente, do filho maior de 18 (dezoito) e menor de 24 (vinte e quatro) anos, solteiro, não emancipado e dependente economicamente do titular, com pagamento da tabela cheia dos procedimentos realizados, descontando 1,0% (um por cento) sobre os rendimentos do servidor segurado por filho maior incluído como dependente, para custeio das despesas operacionais, com cobertura limitada aos incisos I e II do Art. 9º desta Lei;

§ 1º...

II - o menor de 18 (dezoito) anos que, por decisão judicial, se encontre sob guarda ou tutela do servidor, até a maioridade civil, desde que não possua bens suficientes para o próprio sustento;

§ 2º Considera-se convivente a pessoa que mantenha união estável reconhecida como entidade familiar, de acordo com a Lei Federal nº 9.278 e o Código Civil de 2002."

Art. 3º O art. 9º, §§ 1º e 11, da referida lei passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9º...

§ 1º Os serviços de saúde previstos neste artigo serão prestados aos beneficiários 30 (trinta) dias após o primeiro desconto em folha de pagamento ou contribuição, observados os períodos de carência previstos no § 2º do art. 12 desta Lei.

§ 11 Será concedido ao segurado o ressarcimento dos descontos indevidos e dos valores despendidos quando o procedimento assistencial para o tratamento ou procedimento médico-hospitalar não for realizado pela rede conveniada e for previamente autorizado pelo Instituto.

I - O prazo para requerer o ressarcimento é de 60 (sessenta) meses, contados a partir do mês que se operou o desconto indevido ou procedimento efetuado fora da rede credenciada, conforme regulamento expedido pelo Instituto.

Art. 4º O art. 11, IV, VII e XXI, XXIII e XIV, da referida lei passa a ter a seguinte redação:

"Art. 11, ...

IV - tratamentos relacionados com métodos de anticoncepção e infertilidade e suas consequências, inseminação artificial, procedimentos de esterilização, tratamentos de impotência, salvo os procedimentos de vasectomia e ligadura tubária, nos termos preconizados pelo Sistema Único de Saúde e norma fixada pelo Instituto.

VII - aluguel de equipamentos e aparelhos, exceto aqueles necessários em regime de internação hospitalar, ressalvada a possibilidade do Instituto fornecer, por meio de empréstimo, equipamento próprio como cadeiras de roda, cadeiras de banho.

Expediente

PREFEITO MUNICIPAL _____ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO
Vice-Prefeita _____ Marília Salles
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social _____ Neuma de Moraes
Secretaria Municipal de Administração _____ Gerson Araujo de Oliveira
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. _____ Valdir Correa
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. _____ Valdemir Castilho Soares
Secretaria Municipal de Educação _____ Marilda Soares Rufino
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer _____ Susan Meire Moretti Binha
Secretaria Municipal de Finanças _____ Adão Nunes
Secretaria Municipal de Governo _____ Milton Gomes da Costa
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo _____ Ronaldo Sedy Iticava Uramoto
Secretaria Municipal de Meio Ambiente _____ Lindomar Alves da Silva
Secretaria Municipal de Planejamento _____ Antonio Augusto Miranda
Secretaria Municipal de Receita _____ Regina Celi Marques Ribeiro
Secretaria Municipal de Saúde _____ Valdecir Feltrin
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano _____ Rodrigo Lugli
Procuradoria Geral do Município _____ Efraim Alves dos Santos
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis _____ Darci Lovato
Diário Oficial do Município _____ Anna Clara Quintana
IMPRO _____ Josemar Ramiro e Silva
SANEAR _____ Terezinha Silva Souza
ServSaúde _____ Vilmondes Apregio da Silva Luz

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Milton Gomes da Costa
Diário Oficial: Anna Clara Quintana
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon

| | | | |
|---|-----------|--|-----------|
| Exemplar do dia no balcão | R\$ 0,50 | Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio) | R\$160,00 |
| Exemplar do dia anterior | R\$ 0,65 | | |
| Assinatura Semestral retirada no balcão | R\$ 50,00 | Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros por centímetro linear de coluna | R\$ 1,20 |

muletas e outros conforme norma fixada pelo Instituto, cabendo ainda o custeio do empréstimo ficar a dispendio do segurado titular.

...

XXI – qualquer cirurgia refrativa para pacientes que tenham menos de 05 (cinco) graus, podendo ser unilateral ou bilateral.

...

XXIII – despesas com acompanhantes no caso de internação de pacientes com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos e inferior a 60 (sessenta) anos.

XXIV – doenças ou lesões pré-existentes no período de carência."

Art. 5º O art. 12, I, II, III, VIII, da referida lei passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12 ...

I – Será cobrado do segurado, a título de fator moderador, em caso de consulta, o correspondente ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor da tabela paga pelo Instituto, inclusive nas emergências até o limite de 08 (oito) ao ano. A partir da nona consulta no ano o fator moderador será de 100% (cem por cento);

II – Será cobrado do segurado, em caso de exames de análises clínicas e anatomia patológica, o correspondente ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor da tabela paga pelo Instituto;

III – Será cobrado do segurado, em caso dos exames por imagens, radiologia geral e medicina nuclear, o correspondente ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor da tabela paga pelo Instituto, exceto aqueles previstos no inciso IV deste artigo;

...

VIII – Será cobrado do segurado, em caso de cirurgias ou procedimentos obstétricos, o correspondente ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor da despesa realizada, exceto as cirurgias bariátricas cujo percentual é de 50% (cinquenta por cento);"

Art. 6º O art. 13, I, §2º, da referida lei passa a ter a seguinte redação:

I – No ato da inscrição, o servidor e seus dependentes deverão apresentar declaração de saúde informando se são acometidos ou não de doenças, patologias, síndromes ou qualquer outro fato que afete seu estado físico ou mental.

...

§ 2º Após a inscrição, o segurado e seus dependentes, terão carência de 18 (dezoito) meses para ter direito aos percentuais previstos para a utilização dos procedimentos previstos nos incisos III a V do art. 9º e incisos IV, V, VII, VIII, IX e X do art. 12 desta Lei;

I – No caso de inclusão de dependente recém nascido até o 30º (trigésimo) dia, não será exigido o cumprimento de carência, desde que o segurado titular já tenha cumprido a carência devida."

Art. 7º O artigo 14, §1º, da referida lei passa a ter a seguinte redação:

"Art. 14 ...

§ 1º O beneficiário que se manifestar pela desfiliação do SERV SAÚDE e desejar o retorno, obedecerá à carência de 18 (dezoito) meses para ter direito à utilização dos procedimentos previstos nos incisos III a V do Artigo 9º e incisos IV, V, VII, VIII, IX e X do artigo 12 desta Lei."

Art. 8º O artigo 30, V, da referida lei passa a ter a seguinte redação:

"Art. 30 ...

V – contribuição da Administração Direta, das autarquias, sociedades de economia mista e das fundações públicas do Município"

Art. 9º O art. 31 da referida lei passa a ter a seguinte redação:

"Art. 31 As contribuições e o percentual correspondente ao fator moderador dos segurados do SERV SAÚDE serão lançados mediante desconto direto na folha de pagamento dos servidores do Município de Rondonópolis, Câmara Municipal, bem como das Empresas de Economia Mista, Autarquias e Fundações da Administração Municipal;"

Art. 10 O art. 66, §§ 1º e 2º, da referida lei passa a ter a seguinte redação:

§ 1º Os servidores que requerem a inclusão na qualidade de segurado facultativo junto ao SERV SAÚDE, em até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, terão prazo de carência de 12 meses sem vedação de cobertura de doenças e lesões preexistentes, sendo que, após este prazo, a carência será de 18 meses, devendo ser aplicados todos os dispositivos desta lei.

§ 2º Os segurados titulares que requerem a inclusão de dependentes na qualidade de filhos maiores e genitores em até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, bem como os segurados e dependentes já incluídos, que mantiverem ininterrupto o vínculo com o SERV SAÚDE, terão garantida a manutenção da alíquota de contribuição dos dependentes por categoria filho maior e genitor fixada em 1% sobre a remuneração, bem como cobertura integral prevista no Art. 9º desta Lei, durante o prazo que se mantiver o vínculo de dependência, sendo os requerimentos de inclusão posteriores a este prazo regulados com a alíquota de 1% da remuneração do segurado por dependente filho maior ou genitor, com cobertura limitada aos incisos I e II do Art. 9º desta Lei.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo o Instituto SERV SAÚDE o prazo de 60 (sessenta) dias para implementar as suas modificações.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 23 de setembro de 2010; 95º da Fundação
e 56º da Emancipação Política

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA
Secretaria Municipal de Governo

LEI Nº 6.507, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre alterar o artigo 50, II, da Lei nº 4.614, de 25 de agosto de 2005, que versa sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rondonópolis-MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o artigo 50, II, da Lei nº 4.614, de 25 de agosto de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50 (...)

I - ...

II - caberá do mesmo modo, aos setores mencionados, recolher ao IMPRO ou a estabelecimentos de crédito indicados, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, a importância arrecadada na forma do item anterior, juntamente com as contribuições previstas no inciso IV do art. 47, conforme o caso.

(...)"

Art. 2º Os demais artigos contidos na Lei nº 4.614, de 25 de agosto de 2010 e demais alterações, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 23 de setembro de 2010; 95º da Fundação e
56º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA
Secretaria Municipal de Governo

Notificação



**ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DE RONDONÓPOLIS**

Notificação

Ao
Senhor
REGINO FERREIRA DE JESUS

O Banco da Gente, com sede na Avenida Marechal Rondon número 170, Centro nesta cidade e comarca de Rondonópolis Estado de Mato Grosso, vem por meio desta notificar o Senhor **REGINO FERREIRA DE JESUS**, Inscrito no CPF 027.801.611-16, com contrato referente ao imóvel da **Quadra 14, Lote 15**, no Residencial Sítio Farias para comparecer ao Banco da Gente.

O referido citado acima deverá comparecer no prazo de 10 dias, para tratar de assuntos de seu interesse na sede do Banco da Gente.

Aguardamos suas providências.

Rondonópolis-Mt, 04 de Outubro de 2010.

Jose Severino da Silva Neto
Superintendente do Banco da Gente

Em

branco

LEI Nº 6.508, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos correspondente a valores relativos a acréscimos legais, parte patronal, não repassados ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis - IMPRO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos correspondentes a valores relativos a acréscimos legais, parte patronal, não repassados ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis - IMPRO, por ocasião do recolhimento das contribuições efetuadas em atraso nos exercícios de 2001 a 2009.

Art. 2º O valor original e atualizado da dívida mencionada no artigo anterior corresponde ao montante de R\$221.244,18 (duzentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos), a ser pago em 15 (quinze) parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos juros e atualizações mencionadas no art. 3º.

Art. 3º As parcelas vencidas e vencidas serão atualizadas pelo IPCA acrescido de juros legais de 6% (seis por cento) ao ano, acumulados desde a data da assinatura do respectivo termo de acordo de parcelamento até o mês do efetivo pagamento.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 23 de setembro de 2010; 95º da Fundação
e 56º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
(Prefeito Municipal)

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo

LEI Nº 6.509, DE 23 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre denominar de PSF IRACY SIQUEIRA DOS SANTOS, o Posto de Saúde da Família, localizado no Jardim Ipiranga, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica denominado de PSF IRACY SIQUEIRA DOS SANTOS, o Posto de Saúde da Família, localizado no Jardim Ipiranga, Município de Rondonópolis - MT.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 23 de setembro de 2010; 95º da Fundação e
56º da Emancipação Política.

JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
(Prefeito Municipal)

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA
Secretário Municipal de Governo